

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/04/2015 a 30/04/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>'Caboclos foram injustiçados', diz diretora de documentário sobre guerra dos Contestados.</b> Eleonora de Lucena – Folha de São Paulo, Ilustrada. 01/04/2015 .....	5
<b>Agricultores familiares do Pará recebem títulos do Terra Legal.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/04/2015... 9	9
<b>Reforma agrária é prioridade, reafirma ministro em encontro com FNL.</b> Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/04/2015 .....	10
<b>Ouvidoria Agrária atua para resolver conflitos por disputa de terras.</b> Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).15/04/2015 .....	10
<b>Governo planeja lançar plano nacional de reforma agrária</b> – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2015.....	11
<b>Críticas à PEC sobre demarcação de terras marcam sessão na Câmara em homenagem ao Dia do Índio.</b> Eduardo Bresciani – O Globo, Brasil. 16/04/2015.....	12
<b>Igreja vai exigir demarcação de terra indígena, afirma bispo do Xingu.</b> José Maria Mayrink – O Estado de São Paulo, São Paulo. 16/04/2015 .....	13
<b>Patrus reafirma compromisso do Governo Federal com a vida e a reforma agrária.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/04/2015.....	13
<b>FETRAF-PARÁ entrega pauta para o Ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias e para a Presidente no INCRA</b> Maria Lúcia Falcón – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/04/2015 .....	15
<b>Incra/MS conclui análise de quatro mil processos de regularização de créditos da reforma agrária</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/04/2015.....	16
<b>Terra Legal entrega títulos para mais 61 agricultores familiares de município paraense.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/04/2015.....	17
<b>Preço da terra dispara no Norte do país.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 27/04/2015 .....	18
<b>Incra recebe a posse de fazenda em Flores de Goiás com capacidade para assentar 127 famílias</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/04/2015.....	18
<b>Incra Alagoas participa de encontro de mulheres trabalhadoras e destaca recorte de gênero na reforma agrária</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2015.....	19
<b>Patrus Ananias abre porteira de fazenda na Bahia para reforma agrária.</b> Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/04/2015....	20





**'Caboclos foram injustiçados', diz diretora de documentário sobre guerra dos Contestados. Eleonora de Lucena – Folha de São Paulo, Ilustrada. 01/04/2015**

Há 12 anos, a jornalista e cineasta Marcia Paraiso, 45, mudou-se do Rio para Florianópolis. Na capital catarinense, começou a produzir documentários sobre temas relacionados ao ambiente e à sociedade.

Quando filmava o documentário "Mulheres da Terra", em 2010, teve contato com o povo caboclo do Estado. Foi a semente para o "Terra Cabocla", sobre a guerra do Contestado (1912-16), conflito de origem camponesa motivado principalmente, segundo Paraiso, pela disputa pela terra, como ela conta na entrevista a seguir.

\*

*Folha - "Terra Cabocla" mostra que a guerra do Contestado foi muito além da "questão religiosa", de "fanáticos" em luta. Coloca a questão da disputa pela terra (e do avanço do capital estrangeiro) no centro. Por que a rebelião é tão desconhecida?*

Marcia Paraiso - A guerra foi uma guerra camponesa. Ela que foi silenciada pelo fato de o Brasil, até os dias de hoje, entre todas as classes sociais, viver um tabu em relação à propriedade da terra. Não se discute seriamente reforma agrária e não se respeita as populações tradicionais, aquelas que à terra pertencem. A terra está no centro da questão. O que vem junto e circunda o entendimento da frase de José Maria (o monge revoltoso): "Quem tem mói, e quem não tem mói também".

O argumento de fanatismo religioso é uma falácia. O que estava em jogo e era proposto nos chamados "redutos santos" era uma nova ordem política. O Contestado foi uma batalha sem líderes. Os monges já tinham morrido e a guerra se acirrou, se perpetuou. O que se buscava eram direitos à terra, à educação, à religião. Eles seguiam o que Jesus Cristo pregava: queriam a igualdade social e uma sociedade sem capital, longe do comércio, dos bens materiais. Isso incomodava e incomodava muito.

*Há hoje uma releitura do Contestado entre os historiadores? Seu filme faz parte desse movimento?*

Não considero que exista um movimento. O tema ficou restrito durante muito tempo aos pesquisadores militares. Gerações, como a minha, estudaram pelas cartilhas produzidas por um governo militar, com controle e silenciamento sobre a história.

Estudar e pesquisar essa guerra é fascinante. Sinto é que há uma corrente de pesquisadores que, ao se deparar com o tema, vai além da academia. Há uma veia de paixão que move aqueles que se dedicam a estudar o planalto catarinense e a guerra.

Quem viaja pela região se depara com um povo humilde, digno, com sabedoria sobre a força da natureza e com uma religiosidade e tolerância, que se perpetuam por gerações.

Os caboclos foram injustiçados e até hoje sofrem pela guerra. A religião pregada pelo monge João Maria é chamada pelos historiadores de um "catolicismo rústico". Eu não curto muito essa definição. Eu chamaria de uma "evolução no catolicismo".

*Por que o filme defende a tese de que a guerra deixou marcas de apartheid social e abriu caminho para o "branqueamento" da região?*

Basta viajar pela região. Onde está a população cabocla? Depois de perder suas terras para projetos de colonização europeus e gaúchos, a população tradicional teve dois caminhos. Ir para a periferia das cidades e trabalhar nas indústrias de madeira e de maçã (as monoculturas da região) ou tentar retomar a terra, por meio do movimento social organizado, das ocupações de terra. No Taquaruçu o apartheid é totalmente visível, é explícito. É gritante a desigualdade entre as condições em que vivem italianos e caboclos. E explícitos os preconceitos raciais e sociais.

*A concentração de terras aumentou depois do conflito? Como é hoje?*

Passada a guerra, o processo de colonização seguiu adiante e vitorioso. Como os caboclos eram posseiros e ainda estavam na condição de perdedores da guerra, eles não tiveram alternativa. Não tinham papéis, documentação sobre a terra. E, mesmo se tivessem, não acredito que isso seria levado em conta.

Hoje, quem visita a região se depara com uma cidade como Treze Tílias, por exemplo, totalmente austríaca, em meio ao território contestado. Há também muitas empresas estrangeiras que exploram pinus e eucalipto e possuem grandes propriedades. Quando se tira a possibilidade de acesso à terra, sustento e a base daquelas famílias por gerações, se desestabiliza uma cultura e se rompe com um equilíbrio, inclusive ambiental.

Como a população pode retomar suas terras que foram invadidas? A alternativa é o movimento social organizado. E é no MST que muitos tiram seus documentos pela primeira vez, aprendem a ler e escrever, e compreendem a história e os direitos pelos quais deveriam lutar. Ali eles entendem que também são cidadãos, passam a ter voz, se empoderam.

*Há muita controvérsia sobre dados, número de mortes na guerra. Por quê?*

Muito do que foi registrado a respeito de datas, de relatos de ataques aos redutos e sobre baixas de rebeldes, civis e de militares tem relação direta com o controle do exército, com aquilo que se queria relatar. O exército fala de 10 mil mortos entre os rebeldes. E entre 800 e mil militares. Fala ainda de 20 mil mortos extra-rebeldes —os que morreram nos incêndios e ataques às vilas. Mas a população local, os descendentes daqueles que lutaram e vivenciaram a guerra, fala em muito mais.

A região, ao contrário do que é hoje, era bem habitada naquela época. Era um território que servia de caminho para tropas e de posto de abastecimento de erva mate entre tropeiros de São Paulo, Rio Grande do Sul e até Argentina. O planalto catarinense era riquíssimo em araucárias, todo coberto pela árvore nativa daqui do Sul. As famílias eram numerosas, com muitos filhos para ajudar nas tarefas do campo. Conhecendo a região nesse um ano e meio que fiquei viajando e conversando com as pessoas, realmente acredito que foram mais de 20 mil mortos. Quantos, nem eu nem os pesquisadores sabemos precisar.

*O que a surpreendeu ao fazer o documentário?*

Descobri que todo o material fotográfico sobre a guerra foi "produzido", foi tudo pensado pelos militares, em especial pelo general Setembrino de Carvalho. Depois de Canudos, especialmente após a publicação e a repercussão de "Os Sertões", de Euclides

da Cunha, o exército ficou com péssima imagem. No Contestado, não temos nenhum registro documental; o que se tem é marketing. Todo o material já produzido por meus colegas, em ficção também, sinto que coloca o caboclo como um ignorante, como um ser isolado do mundo. Esse documentário é uma tentativa de fazer um registro que coloque o povo caboclo como protagonista.

*Como foi essa operação de "marketing do exército"?*

Em 1914, no momento de transição entre Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz, o general Setembrino de Carvalho foi nomeado para comandar uma nova atuação na região do Contestado. Ele logo percebeu as falhas de atuação até então. Não só em relação às derrotas sofridas. Havia um erro estratégico total. As vestimentas dos soldados eram inapropriadas para o clima frio da região e havia ausência de medicamentos. Mais importante: havia resistência por parte do Paraná, que não acreditava que o exército brasileiro daria conta do conflito e propunha que os "coronéis locais" assumissem o combate.

Setembrino foi buscar a atenção e a comunicação direta com o Ministro da Guerra e criou uma estratégia que envolvia também o marketing. Há que se atentar de que a Alemanha era o grande modelo militar para o Brasil nessa época. Setembrino queria apresentar para a sociedade brasileira um novo exército, com uma imagem de modernização. Para isso contratou um fotógrafo oficial, o sueco Claro Jansson, que fez 87 fotografias oficiais da atuação do exército brasileiro na Guerra do Contestado.

As fotos, muitas publicadas na imprensa da época, funcionavam como uma forma de mostrar uma nova imagem e eram uma tentativa de atrair os filhos da classe média para o alistamento militar, que até então não era obrigatório. O número de soldados envolvidos no conflito foi o maior usado como repressão em um conflito social no país até então (seis mil homens e mais mil civis recrutados entre os coronéis locais —os chamados "vaqueanos").

Setembrino ainda divulgou o uso da aviação pela primeira vez em um combate militar. Fotografou o comandante Kirk e sua aeronave. Ele tombou em testes, antes do primeiro combate. Mas o registro fotográfico causou a impressão de que, finalmente, o exército brasileiro se encaminhava para a modernização. Todas as fotos, se forem bem observadas, foram construídas, posadas. São praticamente peças publicitárias.

*Que fim levou a empresa Lumber, a madeireira que está no centro da revolta?*

A empresa norte-americana Southern Brazil Lumber and Colonization (Lumber), pertencente ao Grupo Farquhar, recebeu do governo brasileiro, para construção da ferrovia, 15 km de cada lado da estrada de ferro. Desapropriou 6.696km<sup>2</sup> de terras, 276.694 alqueires, que o próprio governo brasileiro declarou como terras devolutas, desconsiderando toda a população de posseiros que habitava tradicionalmente ali. Toda a madeira extraída foi exportada. Trabalho infantil, escravo e castigos físicos eram práticas da empresa.

Em 1938, Getúlio Vargas estatizou a madeireira, que continuou a atuar até 1951. Desde 1956, as terras da Lumber foram cedidas ao Exército brasileiro, que possui, até hoje, uma base militar de acesso restrito, o Campo de Instrução Marechal Hermes.

*Por que você resolveu fazer esse filme?*

Há 12 anos eu vim morar em Florianópolis com minha família. Fomos vítimas da violência urbana no Rio de Janeiro. Vim buscar aqui uma vida mais sossegada, mais próxima a natureza. Produzi documentários sobre temas relacionados ao ambiente e sociedade. Entre os novos amigos, colegas, conhecidos o que eu mais escutava reforçava a imagem que eu tinha do Estado —um lugar de descendentes de europeus. Nos morros que abraçam a ilha e, isoladamente, em algumas regiões, percebia a presença da população negra. Muitos tinham vindo do interior, muitos de outros Estados. Nunca tinha ouvido falar do povo caboclo catarinense.

Em 2010, fiz o documentário "Mulheres da Terra", sobre o movimento de mulheres camponesas no oeste do Estado e o resgate das sementes crioulas. Todas as personagens eram tipicamente europeias, italianas ou alemãs. Até que com uma das personagens, em Faxinal do Guedes, Rosalina, foi tudo diferente. Ali, reconheci a cultura cabocla, o conhecimento da floresta, das ervas. Ela me disse: "Eu tenho o sangue caboclo, sou pé no chão". Saí dali já com a semente do "Terra Cabocla". Mas seria impossível falar do povo caboclo e não falar da guerra. Então optei por esse recorte do filme.

Fiquei tão envolvida com a temática que já estou trabalhando em outro documentário, o "Joaninos", sobre a fé e os seguidores de São João Maria, que são muitos, de todas as idades e classes.

*Como está o lançamento de "Terra Cabocla"?*

O filme, que foi produzido em um ano e meio, ainda não tem uma distribuidora. Depois do lançamento em Florianópolis (28 de março, sábado, às 20h, no cinema do CIC, Centro Integrado de Cultura), vamos levar o filme para o circuito das cidades do Planalto Catarinense. No dia 1º de abril, quando se completam 100 anos do massacre final no reduto de Santa Maria, hoje município de Timbó Grande, estaremos lá com o meu projetor portátil. Quero mostrar o filme para os caboclos, filhos, netos, bisnetos daqueles que combateram e tomaram na guerra, para os seguidores de São João Maria.

*Qual é a sua trajetória profissional?*

Sou formada em jornalismo e tenho mestrado na área da análise do discurso da imagem, ambos pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Rio. Mas nunca atuei no jornalismo. Desde os tempos da faculdade, lutei para ser documentarista independente. Com Ralf, meu companheiro, fundamos a Plural Filmes, no Rio, em 1993. Fizemos juntos documentários e curtas.

Recentemente elaboramos a série Visceral Brasil —as veias abertas da música, sobre mestres e grupos que fazem a nossa música de raiz, exibida na TV Brasil. Em janeiro deste ano terminamos de filmar o primeiro longa, "Lua em Sagitário", uma ficção que começa na fronteira da Argentina e tem como um dos personagens principais um rapaz que nasceu e cresceu em um assentamento da reforma agrária. É um filme voltado para o público adolescente que pretende falar de preconceito. Será distribuído pela Elo Company e lançado em circuito comercial ainda este ano.

---



## **Agricultores familiares do Pará recebem títulos do Terra Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/04/2015**

Garantir a posse da terra e permitir o acesso a políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Esses são alguns dos benefícios que mais 85 produtores rurais de Uruará no Pará vão ter assegurado, a partir desta sexta-feira (10), com a entrega de títulos pelo Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Como explica o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, a entrega dos documentos impulsiona o desenvolvimento regional. “Quando a família recebe o título tem a garantia de que é dona da terra. Isso gera paz no campo, ao mesmo tempo fica mais fácil acessar o crédito do Pronaf para promover o desenvolvimento da propriedade.”

As ações do Terra Legal no Pará são parte de um compromisso do Governo Federal para assegurar que todos os produtores rurais que ocupem terras federais na Amazônia tenham suas áreas regularizadas. “A regularização fundiária é fundamental para o desenvolvimento em bases sustentáveis da Amazônia Legal. Acelerar essas ações é uma determinação da presidenta Dilma”, afirma Sérgio Lopes.

Após receber o documento emitido pelo Governo Federal, o produtor rural deve realizar o registro no Cartório de Imóveis de seu município, garantindo assim a validade do título. Também é importante que o agricultor cumpra a legislação ambiental e faça o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de sua propriedade.

### *Terra Legal Amazônia*

O programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação, florestas públicas e áreas da Marinha e reservadas à administração militar.

Criado em 2009, o Terra Legal é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados.

O Terra Legal promove à redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares, pois ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada. Os agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

### *Serviço*

Entrega de 85 títulos para agricultores familiares de Uruará (PA)

Data: 10 de abril (sexta-feira)

Hora: 9h30

Local: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruará - Av. Padre Cícero, s/nº - Uruará (PA)

---

## **Reforma agrária é prioridade, reafirma ministro em encontro com FNL. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/04/2015**

Integrantes da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) foram recebidos na manhã desta terça-feira (14) pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e pela presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcón. O encontro ocorreu na sede do Incra, em Brasília, onde foi apresentada a pauta de reivindicações do movimento.

Trabalhadores rurais sem-terra de várias regiões brasileiras marcharam até a capital do País para apresentar pedidos ao Governo Federal. Entre eles, o aumento de recursos para a compra de terras da reforma agrária, o fortalecimento do Incra e a regularização dos acampados.

O ministro destacou a importância das manifestações democráticas e reafirmou o respeito à autonomia dos movimentos sociais e o compromisso do Governo Federal para consolidar a reforma agrária nos próximos quatro anos. “A reforma agrária é uma questão fundamental nas nossas ações. Vamos trabalhar com duas prioridades: primeiro assentar os acampados, e segundo fazer dos assentamentos espaços produtivos, dignos, agregando valores, como agroecologia, inclusão digital, infraestrutura e lazer, para que seja um espaço onde os jovens queiram ficar”, disse.

Segundo um dos dirigentes da FNL e presidente da Confederação Nacional da Agricultura Familiar do Brasil, Carlos Lopes, a pauta apresentada não é nova, mas é de extrema importância para os trabalhadores do campo. “Nós estamos exercendo a democracia, que é o direito legítimo de reivindicar. Nós estamos aqui com o intuito de construir, de trabalhar junto e de defender o acampado”, afirmou.

O ministro salientou que o MDA, junto ao Incra, vai realizar um levantamento das famílias acampadas em todo o Brasil e traçar um planejamento estratégico com medidas para assentar e trazer mais qualidade de vida para as famílias.

---

## **Ouvidoria Agrária atua para resolver conflitos por disputa de terras. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).15/04/2015**

O dia 17 de abril de 1996 ficou marcado para trabalhadores do campo de todo o País. Mais de 1,5 mil agricultores estavam acampados no município de Eldorado dos Carajás, no sudeste paraense, em protesto contra a demora da desapropriação de terras, quando policiais mataram 19 pessoas. O episódio ficou conhecido como o Massacre de Eldorado de Carajás, que em 2015 completa 19 anos.

De lá para cá, diversas ações foram realizadas para minimizar os confrontos no campo. Em 1999, três anos após a tragédia, foi criada a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), responsável por prevenir e mediar conflitos na zona rural, com o objetivo de garantir os direitos humanos e sociais dos envolvidos. A Ouvidoria é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e conta com a parceria de órgãos governamentais e não governamentais de todos os estados brasileiros.

Após a criação da OAN, houve uma redução significativa na incidência de violência no campo devido a conflitos por disputa de terra, segundo o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho. “A criação da ouvidoria foi em decorrência da necessidade de estruturar a legislação agrária brasileira na especialização de órgãos agrários e dar mais assistência aos trabalhadores rurais e aos proprietários rurais que demandam providências do Incra e do MDA para a gestão da reforma agrária”, explica.

As demandas são recebidas por telefone, e-mails, fax, nas regiões dos conflitos e em atendimentos pessoais na sede da Ouvidoria, em Brasília. Desde 1999, a OAN já identificou mais de 7 mil áreas com conflitos. “Em todos os estados, tivemos uma diminuição nos casos de conflitos depois da criação da Ouvidoria”, confirma Gercino. De acordo com dados da Ouvidoria Agrária Nacional, em 2003 foram registrados 42 homicídios com motivação agrária. Em 2014, esse número caiu para nove. “Isso demonstra que as medidas adotadas pelo Governo Federal estão surtindo efeito e diminuindo a violência no campo”, acrescenta.

### *Casos*

A região Norte, segundo informações da OAN, é onde ocorre a maior quantidade de homicídios na zona rural com motivação agrária, principalmente nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso. A região Sudeste concentra o maior número de casos de ocupação de imóveis públicos e bloqueios de rodovias, em busca da reforma agrária.

Gercino Filho destaca que o MDA, Incra e parceiros contam com ações que visam à diminuição das estatísticas. “Temos ações para isso, por meio da especialização dos órgãos agrários. Hoje, nós contamos com juízes agrários, promotores agrários, delegados agrários, policiais militares agrários, defensores públicos agrários, ouvidores agrários regionais do Incra nos estados, e todo esse conjunto contribui para diminuir não só a violência no campo, mas também o número de conflitos agrários em todo o Brasil, isso é muito importante”, salienta.

---

### **Governo planeja lançar plano nacional de reforma agrária – Folha de São Paulo, Poder. 15/04/2015**

O governo Dilma Rousseff, criticado por ter paralisado a reforma agrária, planeja lançar até o final deste ano um plano nacional da reforma agrária, informaram nesta quarta (15) o ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Agrário) e a presidente do Incra, Maria Lúcia Falcon.

De acordo com Ananias, o plano terá como meta principal o assentamento das milhares de famílias acampadas que esperam por um pedaço de terra do governo. Segundo a Contag, esse número chega a 120 mil. O plano também envolve o cadastramento dessas famílias e o estabelecimento de mecanismos para tornar os assentamentos mais produtivos.

O programa será negociado de maneira próxima com os movimentos sociais agrários e será resultado e uma série de conferências estaduais, disse Falcon.

As declarações foram feitas ao lado Alberto Broch, da Contag, e depois de um encontro com a presidente Dilma Rosseff no qual ela recebeu a pauta do movimento.

---

### **Críticas à PEC sobre demarcação de terras marcam sessão na Câmara em homenagem ao Dia do Índio. Eduardo Bresciani – O Globo, Brasil. 16/04/2015**

*Marina Silva disse ter apoio de vários partidos contra a proposta que repassa ao Congresso decisão sobre terras*

BRASÍLIA — Centenas de indígenas participaram nesta quinta-feira de sessão na Câmara em homenagem ao Dia do Índio, comemorado no dia 19 de abril. O evento foi marcado por críticas à PEC 215, proposta de emenda à Constituição que repassa do Executivo para o Congresso a decisão sobre a demarcação de terras indígenas. O projeto está em debate em uma comissão especial na Câmara. A ex-senadora Marina Silva participou do evento e disse ter apoio de lideranças de vários partidos contra a proposta, entre eles o senador Aécio Neves, presidente nacional do PSDB.

A coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, reclamou de não ter sido autorizada a entrada de instrumentos típicos dos povos, como arco e flecha. Para ela, a proibição é um preconceito contra o grupo. Ela foi uma das que atacou a proposta de repassar para o Congresso a demarcação.

— Não podemos permitir que a ganância, o agronegócio e o capitalismo sejam maior que nossas vidas — disse a coordenadora.

A ex-senadora Marina Silva afirmou que a PEC promoverá o fim das demarcações. Disse que vai procurar parlamentares de todos os partidos em busca de apoio para derrubar a proposta. Marina afirmou ainda que a redução do ritmo de demarcação de terras no governo Dilma Rousseff e a proposta em tramitação atacam direitos dos povos indígenas. Ela lembrou que no descobrimento do país haviam 5 milhões de indígenas e que a população foi majoritariamente exterminada.

— Eliminamos um milhão de índios a cada século na história do país e ainda queremos mais? —questionou.

O cacique Raoni, líder da etnia caiapó, discursou em sua língua nativa. Cobrou respeito dos parlamentares e também criticou a aprovação da PEC.

— Essa terra era dos nossos ancestrais. O Brasil foi invadido, e os brancos chegaram aqui acabando com nossas riquezas, estão matando todos os animais e estão acabando com nossa terra — afirmou.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli, defendeu o arquivamento da proposta e defendeu as demarcações destacando que a Constituição prevê o direito dos indígenas às terras. Parlamentares que apoiam a causa também se revezaram na tribuna prometendo unir forças para derrubar a PEC.

---

**Igreja vai exigir demarcação de terra indígena, afirma bispo do Xingu. José Maria Mayrink – O Estado de São Paulo, São Paulo. 16/04/2015**

D. Erwin Kräutler diz que artigos da Constituição que determinaram a demarcação foram elogiados em todo o mundo na época, em 1988, mas até agora País não atingiu nem metade da meta

APARECIDA - O bispo prelado de Xingu, no Pará, d. Erwin Kräutler, disse nesta quinta-feira, 16, que a Igreja vai exigir, sem se cansar, o cumprimento dos artigos da Constituição que, em 1988, determinaram a demarcação das terras indígenas, uma decisão que, na época, mereceu elogios em todo mundo, mas que até agora não atingiu nem metade da meta.

"O último governo, ou seja, o primeiro mandato de Dilma Roussef, não fez nenhuma demarcação, porque a presidente da República é refém do agronegócio, das mineradoras e hidrelétricas que expulsam os índios, ribeirinhos, quilombolas e imigrantes para explorar suas terras, especialmente na Amazônia", afirmou o bispo.

D. Erwin, que dirige a prelazia (diocese em formação) há 33 anos e preside o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), falou à imprensa na assembleia-geral da entidade, em Aparecida. Ameaçado de morte por causa de suas reiteradas denúncias de injustiça, violência e assassinatos em sua região, ele está 24 horas por dia sob proteção da Polícia Militar, em casa e durante viagens.

"Altamira, sede da prelazia, vive situação catastrófica, por causa da construção da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, porque metade da cidade será afundada e outra metade ficará à margem de uma represa morta, sem escoamento para a água", disse d. Erwin. Ele prevê que a situação se agravará ainda mais, porque outros represamentos serão feitos, Xingu acima, para construção de mais usinas.

O bispo insiste que o governo deveria ouvir os povos atingidos pela hidrelétricas, que estão sendo expulsos de suas terras e se queixa da falta de diálogo. "Lula me recebeu duas vezes, mas falou o tempo todo sozinho, defendendo seu peixe", informou d. Erwin. Segundo ele, o único presidente que fez demarcações e levou o problema a sério foi o presidente Itamar Franco.

D. Erwin afirmou que a Igreja tem o dever de lutar em defesa de todos os habitantes das regiões prejudicadas pela ambição de empresas e pelo descaso do governo. "Falo em nome de todos os atingidos e não apenas dos fiéis que vão à missa na catedral", disse o bispo.

---

**Patrus reafirma compromisso do Governo Federal com a vida e a reforma agrária. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/04/2015**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, reafirmou em ato em Eldorado dos Carajás (PA), em memória dos 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) mortos há 19 anos, no massacre da curva do S,

o compromisso do Governo Federal com a reforma agrária. “Viemos aqui hoje prestar uma homenagem aos 19 mártires que aqui tombaram, vítimas da violência, da brutalidade na luta pela reforma agrária. Viemos também para reafirmar nosso compromisso com a vida. Estamos empenhados, no Governo Federal, em promover a paz no campo. E a paz se constrói com justiça. Estamos aqui porque temos um compromisso, o compromisso do governo da presidenta Dilma com a reforma agrária. Vamos assentar todas as famílias acampadas no Brasil e transformar nossos assentamentos em espaços de vida.”

Ao tratar da qualificação dos assentamentos da reforma agrária, Patrus destacou a importância de se articular as políticas públicas para garantir o desenvolvimento e a produção de alimentos. “Os assentamentos devem ser espaços produtivos, autossustentáveis, com a produção de alimentos saudáveis que garantam nossa soberania alimentar. Onde estejam presentes outras políticas públicas, como educação e infraestrutura, com boas estradas para garantir o acesso aos mercados. Espaços que possibilitem que crianças e jovens, filhas e filhos de trabalhadores rurais, de agricultores familiares possam permanecer no campo.”

#### *Incra Itinerante*

Na ocasião, a presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), Maria Lucia Falcón, anunciou que será implantado um novo modelo de gestão na autarquia para aprimorar a reforma agrária no Brasil. “Vamos implementar uma visão territorial na gestão do Incra. Vamos implementar o Incra Itinerante e vamos começar essa ação aqui, por esta região. Ainda em maio, vou retornar à superintendência do Instituto em Marabá para dialogar com todos os movimentos, com todos os prefeitos, para auxiliarmos em tudo que pudermos os assentamentos e os municípios.”

A presidente do Incra também destacou que a implementação de uma visão territorial para a gestão da reforma agrária vai aprimorar o uso dos recursos públicos e oportunizar que outras políticas públicas, como as de educação e saúde, cheguem a todos os assentados. “Com um plano de gestão territorial, vamos ter condição de fazer um grande plano de desenvolvimento que garanta a implementação de agroindústrias, assegurando que todos os direitos cheguem aos assentamentos”, concluiu Falcón ao lembrar que o Governo Federal está empenhando em aprimorar e modernizar a reforma agrária.

Para Francisco Moura, coordenador Nacional do MST, a presença do ministro e da presidenta do Incra no ato, que lembra os 19 anos do massacre, demonstra a relevância da data. “Pela primeira vez um ministro de Estado está presente em nosso ato. Aqui não comemoramos, mas recordamos a importância da luta pela terra. Viemos aqui para impulsionar a luta pela reforma agrária, neste que é o Dia Internacional da Luta pela Terra”, observou Moura ao salientar que os assentados querem viver no campo com dignidade, produzindo e garantido comida na mesa das pessoas que vivem nas cidades.

#### *Assentamento Estiva*

Durante visita ao assentamento 17 de abril, em Eldorado dos Carajás, o ministro Patrus Ananias, assinou a portaria de criação do assentamento Estiva, onde vão ser assentadas 65 famílias em uma área de 2,7 mil hectares. O local ficou conhecido pelo assassinato de um família de agricultores no carnaval deste ano.



Participaram do ato em Eldorado dos Carajás, os prefeitos de Marabá, João Salame; de Eldorado dos Carajás, Divino Campos; de Parauapebas, Valmir Queiroz; bem como deputados federais, estaduais, vereadores e lideranças comunitárias; além de representantes da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetagri-PA); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-PA); do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

#### *Massacre de Eldorado dos Carajás*

Em 17 de abril de 1996, no sétimo dia da marcha promovida pelo MST em direção à capital do Pará, 19 sem terras foram mortos em confronto com as forças de segurança do estado na localidade conhecida como Curva do S, em Eldorado dos Carajás.

O massacre que foi amplamente noticiado é lembrado anualmente pelos movimentos sociais. Há 10 anos o MST realiza no local o acampamento pedagógico da juventude do campo e da cidade.

---

#### **FETRAF-PARÁ entrega pauta para o Ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias e para a Presidente no INCRA Maria Lúcia Falcón – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/04/2015**

*“Até o final dos 4 anos do governo Dilma, todas as famílias acampadas do Brasil serão assentadas, tendo como prioridade o Estado do Pará”.*

Não haveria data melhor para que Patrus Ananias e Maria Lúcia Falcón assumissem o compromisso de resolver a situação da reforma agrária no estado do Pará. Dezenove anos atrás, dezenove camponeses foram mortos em confronto com a polícia, após ordem de uso de força dada pelo governador do estado do Pará. Desde o acontecido, o nome do município é sempre lembrado pela luta, pela posse de terra e reforma agrária no mundo. Para relembrar e homenagear os familiares das vítimas, os movimentos sociais MST, FETRAF e FETAGRI, estiveram em concentração neste mesmo lugar para entregar uma pauta conjunta e a FETRAF-PA também entregou sua pauta de reivindicações.

Segundo o advogado da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Dr. Batista, em cada assentamento criado no estado, especificamente na região Sul e Sudeste tem sangue inocente derramado. “Acontecem verdadeiras chacinas, pois são mortos vários trabalhadores. A reforma agrária em nosso estado tem avançado especialmente pela força, pela luta dos camponeses, pela coragem, pelo sangue derramado, e não pela iniciativa do poder público”.

Hoje nesta região o capital tem se apropriado das riquezas existentes, invadido terras de comunidades indígenas, remanescentes de quilombolas e comunidades ribeirinhas onde a violência contra as pessoas e ao meio ambiente é promovida.

Essa região continua tendo como principal forma de acesso a terra, a ocupação. Segundo Francisco Moura, Coordenador do MST nacional no Pará, hoje existe cerca de 120 fazendas ocupadas por aproximadamente 12 mil famílias. “Algumas dessas

ocupações são da época do governo de Fernando Henrique, atravessaram o governo Lula e o primeiro mandato do governo Dilma e em nada foi resolvido os problemas dessas muitas famílias. Hoje temos 504 assentamentos só na SR 27, nossa maior superintendência”.

Segundo Chico da Cib, coordenador da FETRAF PARÁ, existem terra para trabalhar, mais não existe condições de desenvolvimento. “Devido à falta de investimento nos assentamentos é causado a venda das terras, o êxodo rural e muita violência”.

Diante disso, Maria Lucia Falcón, assumiu três importantes compromissos com os movimentos sociais:

1-Voltará a região com toda sua equipe no mês de maio para passar uma semana. Na oportunidade, vai ser reunir com os prefeitos e os movimentos sociais. O nome do projeto será INCRA INTINERANTE e sairá de Brasília para os estados, começando pelo estado do Pará;

2- Unirá esforços do governo federal para acelerar os processos das terras públicas no estado;

3- Vai trabalhar um plano de desenvolvimento específico para este território. A proposta é conseguir verba para fazer tudo que precisa. Não mais assentamento por assentamento. Sair do varejo para o atacado.

O ministro Patrus Ananias, reafirmou os compromissos que a presidente do INCRA nacional fez. Segundo ele, a prioridade do seu governo será a reforma agrária. “Até o final dos 4 anos do governo Dilma, todas as famílias acampadas do Brasil serão assentadas, tendo como prioridade o Estado do Pará”. Patrus disse ainda que é preciso fazer dos assentamentos espaços de vida, espaços produtivos, e o INCRA e o MDA vão trabalhar juntos e sintonizados. “MDA e INCRA tem os mesmos objetivos: Assentar os acampados e fazer dos assentamentos espaços da agricultura familiar, espaços dignos de vida, principalmente para jovens e crianças”. Concluiu o Ministro.

---

### **Incra/MS conclui análise de quatro mil processos de regularização de créditos da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/04/2015**

Um total de 4.007 famílias assentadas pela Superintendência Regional do Incra no Mato Grosso do Sul foram inseridas no Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (SNCCI), na primeira semana de trabalho da força tarefa recentemente criada para regularizar a concessão de créditos da reforma agrária no Estado. A previsão inicial seria a análise de 3.500 processos, o que foi ultrapassado com o reforço de funcionários de diversos setores integrantes da equipe.

Segundo o superintendente do órgão, Celso Cestari Pinheiro, a revisão provocou uma significativa baixa no número famílias que aguardam verbas destinadas à alimentação, produção e desenvolvimento de seus respectivos lotes. O trabalho de análise continuará sendo desenvolvido até a normalização do fluxo de atendimento do gênero.



Ainda conforme Cestari, a superação da expectativa de 3.500 processos revisados significa ainda que os novos inscritos no SNCCI já podem contar 5.419 operações de crédito, envolvendo um total de recursos de R\$ 20.839.200,00. Os pagamentos serão feitos por meio de cartão bancário em nome do assentado. A verba deve estar disponível até o final deste semestre e será empregada de acordo com a necessidade de cada família.

---

**Terra Legal entrega títulos para mais 61 agricultores familiares de município paraense. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/04/2015**

Garantir a propriedade da terra e permitir o acesso a políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Estes são alguns dos benefícios que mais 61 agricultores familiares de Breu Branco, no Pará, vão ter assegurados, a partir desta quinta-feira (23), com a entrega dos títulos de propriedade pelo Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Como explica o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, os documentos impulsionam o desenvolvimento regional. “Quando a família recebe o título tem a garantia de que a terra pertence a ela. Isso gera paz no campo, além de facilitar o acesso ao crédito do Pronaf para impulsionar o desenvolvimento da propriedade.”

As ações do Terra Legal no Pará são parte de um compromisso do Governo Federal para garantir que todos os produtores rurais que ocupem terras federais na Amazônia tenham suas áreas regularizadas. “A regularização fundiária é fundamental para o desenvolvimento em bases sustentáveis da Amazônia Legal. Dar celeridade a esta ação é uma determinação da presidenta Dilma”, afirma Sérgio Lopes.

Após receber o documento emitido pelo Governo Federal, o produtor rural deve realizar o registro no Cartório de Imóveis de seu município, garantindo assim a validade do título. Também é importante que o agricultor cumpra a legislação ambiental e faça o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de sua propriedade.

*Terra Legal Amazônia*

O programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação, florestas públicas e áreas da Marinha e reservadas à administração militar.

Criado em 2009, o Terra Legal é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados.

O Terra Legal promove à redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares, pois ao receber o título de propriedade do terreno o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada. Os agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

## *Serviço*

Entrega de 61 títulos para agricultores familiares de Breu Branco (PA)

Data: 23 de abril (quinta-feira)

Hora: 9h

Local: Secretaria de Ação Social, Av. Belém, s/no, Bairro Centro, município de Breu Branco/PA.

---

### **Preço da terra dispara no Norte do país. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 27/04/2015**

As obras de infraestrutura e logística no chamado "Arco Norte" do país estão provocando elevação expressiva nos preços da terra na região. Em municípios localizados na área de influência da BR-163 - principal via de escoamento da produção de grãos em Mato Grosso em direção aos portos do Pará - ou com forte potencial para a expansão agrícola, os aumentos no ano passado chegaram a quase 100% em algumas do Pará e a 30% no Mato Grosso, frente a uma média de 16% para o país, segundo a consultoria Informa Economics FNP. Os municípios de Santarém e Belterra, ambos no Pará, registraram as maiores altas.

---

### **Incra recebe a posse de fazenda em Flores de Goiás com capacidade para assentar 127 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/04/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno (DFE) recebeu formalmente a posse da Fazenda Alegre, com área de cerca de cinco mil hectares e capacidade para assentar 127 famílias. A imissão na posse, como é chamado o ato de receber formalmente a autoridade de comando de imóveis rurais, ocorreu na manhã desta segunda-feira (27), na própria fazenda, que fica localizada no município de Flores de Goiás (GO) – distante cerca de 240 km de Brasília e 440 de Goiânia. Centenas de pessoas participaram do evento.

Uma equipe do Incra no Distrito Federal e Entorno fica na área até esta quinta-feira (30) cadastrando as famílias interessadas em serem assentadas na fazenda. Na sequência os servidores irão conferir se as famílias cadastradas têm perfil para serem assentadas da reforma agrária e se não há impedimentos legais junto a órgãos de controle para que isso ocorra. Logo depois, as famílias serão homologadas e poderão ser assentadas na área.

Até maio próximo, o Incra no DF e Entorno vai formalizar a criação do Projeto na área, que foi desapropriada por interesse social para ser transformada em assentamento de reforma agrária. O novo assentamento deve ser chamado de Fazenda Alegre.

Este será o segundo assentamento a ser criado na área de atuação do Incra no Distrito Federal e Entorno – que além do Distrito Federal e Entorno de Brasília atua em

municípios do Nordeste de Goiás (num total de 26 cidades goianas) e cinco cidades mineiras. Até o final de 2015 o Incra deve criar cinco novos assentamentos da reforma agrária na área de abrangência da Superintendência.

De acordo com o superintendente regional do Incra no Distrito Federal e Entorno, Marco Aurélio Rocha, a criação de assentamentos é sempre boa para os municípios. “A avaliação que fazemos é boa, porque a criação de um assentamento traz geração de renda para as famílias e com a liberação de créditos da reforma agrária ocorre a ampliação da economia local, pois há aumento de consumo”, afirma o superintendente.

#### *Estudo de capacidade*

O Incra para o Distrito Federal e Entorno elaborou Estudo de Capacidade de Geração de Renda da área como forma de subsidiar as justificativas para a criação de assentamento na Fazenda Alegre, em diversos aspectos, com destaque para o a viabilidade agro econômica do imóvel.

A preocupação com o meio ambiente está presente no documento. O estudo apontou do total da área do assentamento cerca de mil hectares para reserva legal e aproximadamente 180 hectares para áreas de preservação ambiental. Outros 105 hectares ficaram para estradas internas, áreas comunitárias e cacimbas/poços coletivas. Cerca de 3,7 mil hectares serão divididos em 127 lotes / parcelas a serem ocupadas e usadas para a produção de alimentos e criação de animais.

O material traz ainda indicação de atividades agropecuárias a serem exploradas na Fazenda Alegre. Entre estas, estão: bovinocultura leiteira e olericultura – hortaliças com abóbora japonesa, batata-doce, feijão de corda e verde, mandioca, maxixe.

#### *Flores de Goiás*

O município de Flores de Goiás, que tem 14 mil habitantes, é um dos campeões da reforma agrária no Estado, pois existem em seu território 22 assentamentos do Incra, com cerca de 2,6 mil famílias assentadas. A economia da região é basicamente oriunda do meio rural, com destaque tanto para a agricultura familiar quanto a monocultura de larga escala. Na agricultura familiar há destaque para os assentamentos do Incra.

---

### **Incra Alagoas participa de encontro de mulheres trabalhadoras e destaca recorte de gênero na reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/04/2015**

A superintendente do Incra em Alagoas, Lenilda Lima, destacou a importância da mulher no contexto da reforma agrária na abertura do 2º Encontro Via Mulher, no auditório do Sindicato dos Urbanitários, no centro de Maceió.

Ao reforçar o recorte de gênero nas ações do Incra, Lenilda dividiu a mesa de abertura com Sônia Soares, coordenadora do Movimento Via do Trabalho, promotor do evento, e o presidente do Instituto de Terras de Alagoas (Iteral), Jaime Messias Silva.

O tema do encontro, que reuniu mulheres acampadas e assentadas de algumas regiões do estado, foi “Mulher: transformando seus dias em momentos especiais”, que trouxe à

discussão o acesso a direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres no mundo rural.

A superintendente do Incra falou sobre os indicadores de gênero nas políticas públicas federais e apontou os avanços. “Avançamos em várias direções, em especial no aumento da participação das mulheres nos destinos dos assentamentos e da vida produtiva da família, graças a ações concretas por parte do Incra e de outros setores governamentais”, explicou Lenilda. Ela citou como exemplos o acesso a programas para aquisição de alimentos, créditos específicos, como o fomento mulher, entre outros.

No debate, as agricultoras reconheceram os avanços, mas apontaram para “a necessidade de preservar e reafirmar esses direitos para que se garanta inclusão produtiva e autonomia financeira da mulher trabalhadora”.

---

### **Patrus Ananias abre porteira de fazenda na Bahia para reforma agrária. Mariana Sacramento – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/04/2015**

“É a concretização de um sonho, que começou quando ocupamos essa área, há mais de cinco anos. Agora vamos continuar lutando por melhorias para a comunidade, para criar os nossos filhos com tranquilidade e investir na produção agroecológica. Queremos a dignidade que nos foi tomada e que começamos a conquistar agora”. Assim, a nova assentada da reforma agrária Maristela Cunha, 40 anos, mãe do pequeno Lucas, de 4 anos, resume o simbolismo da abertura da porteira da Fazenda Colatina, em Prado (BA), nesta quinta-feira (30), pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. Cerca de duas mil pessoas acompanharam o ato, de acordo com a Polícia Militar.

A área, de aproximadamente quatro mil hectares, antes destinada à produção de celulose, a partir de hoje, terá como prioridade o cultivo diversificado de alimentos saudáveis. Além da família de Maristela, outras 226 famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais devem morar na propriedade, que recebeu o nome de Assentamento Jacy Rocha. “Aqui está o Brasil que nós queremos. O Brasil que trabalha, o Brasil da agricultura familiar e da reforma agrária, o Brasil da função social da propriedade, o Brasil que faz da agricultura o espaço de produção de alimentos saudáveis para a promoção da vida”, destacou o ministro.

Patrus salientou o compromisso de assentar todas as pessoas acampadas no Brasil. “Que a gente possa dizer juntos, em 2018, que não há mais nenhuma criança debaixo da lona.” Outra medida, reafirmada pelo ministro, é transformar os assentamentos novos e já existentes em espaços de vida. “Nós queremos que nossas crianças e nossos jovens permaneçam no campo. E para isso, vamos levar saúde, educação, cultura, infraestrutura, saneamento básico.”

A presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Fálcon, anunciou que será criado um escritório temporário para agilizar a vistoria de outros 27 imóveis de empresas de celulosas, a fim de destinar mais 26 mil hectares para reforma agrária no extremo sul da Bahia, totalizando 30 mil hectares, até o fim

deste ano. Assim, mais de 2,3 mil famílias serão incorporadas à reforma agrária na região.

Os trabalhadores rurais comemoraram a notícia com uma grande festa. Eles cantaram, fizeram uma apresentação mística em defesa da reforma agrária. Evanildo Costa, da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região do extremo sul da Bahia, defendeu o modelo de reforma agrária com princípios agroecológicos e agroflorestais.

Márcio Matos, da direção nacional do MST, acredita que a entrega da área é o primeiro passo para muitas outras conquistas do assentamento. “Que esse ato simbolize um novo momento da reforma agrária no País.”

Também participaram do ato o governador da Bahia, Rui Costa, o ministro da Defesa Jaques Wagner e outras lideranças e autoridades da região.

### *Crédito*

Ainda no evento, o Governo Federal repassou recursos do Crédito de Instalação para 197 famílias do Projeto de Assentamento Reunidas Rosa do Prado. O benefício, no valor de R\$ 2,4 mil por família assentada, deve ser usado para a compra de itens de primeira necessidade. No total, serão destinados cerca de R\$ 472 mil.

Vinte nove famílias do Assentamento Maçaranduba Nova Esperança, criado em 2013, no município de Marau (BA), também receberam recursos do Governo Federal, por meio do crédito Fomento Mulher. A ação visa a implantação do projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. Cada família receberá R\$ 3 mil, totalizando R\$ 87 mil.

### *Negociações*

A área foi comprada por R\$22,7 milhões pelo Governo Federal da empresa Fibria Celulose, nos termos do Decreto nº 433/1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, por meio de compra e venda, para fins de reforma agrária. A terra é favorável para produção de cacau, café, cana de açúcar e fruticultura. Essa entrega faz parte de uma negociação do Incra com a Fibria e outras empresas de celulose da região que prevê a aquisição de mais 26 mil hectares, totalizando 30 mil hectares de terras, no sul da Bahia, para a reforma agrária.

Equipes especializadas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP) já atuaram na área. O trabalho foi voltado à organização e implantação de uma produção com princípios agroflorestais e agroecológicos e para a construção de um Centro de Formação local para profissionalização da comunidade.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite



**Pesquisadores**  
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Secretária**  
Diva de Faria